

MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

EFEITOS  
DAS DECISÕES  
NO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
TRIBUTÁRIO

Prefácio

Sergio André Rocha

Apresentação

Valter Lobato

André Mendes Moreira



FORUM

EFEITOS DAS DECISÕES NO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
TRIBUTÁRIO

Área específica

DIREITO MUNICIPAL

Área específica da obra

Direito Tributário

Áreas afins do livro

Processo Administrativo. Teoria Geral do  
Processo. Direito Administrativo.

Público-alvo/consumidores da obra

Acadêmicos (graduação e pós graduação),  
juizadores, advogados públicos e privados.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10003019

Este livro enfrenta o problema da extensão material das decisões administrativas tributárias, demarcando quais decisões e quais questões decididas pela autoridade julgadora administrativa são dotadas de “força de lei” para as partes do processo administrativo tributário. A própria natureza do processo administrativo tributário é posta em debate para identificar a decisão administrativa tributária definitiva favorável aos sujeitos passivos da relação tributária como uma decisão dotada de estabilidade plena, com efeitos materiais e futuros. Identifica-se o conteúdo das decisões administrativas tributárias que será estabilizado, com os elementos de fato e de direito passíveis de orientar a conduta tanto dos contribuintes que participaram do processo, como dos agentes da Fazenda Pública.

D353e Deligne, Maysa de Sá Pittondo

Efeitos das decisões no processo administrativo tributário / Maysa de Sá Pittondo Deligne.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

247 p.; 14,5x21,5cm  
ISBN: 978-65-5518-203-3

1. Direito Tributário. 2. Processo Administrativo. 3. Teoria Geral do Processo. I. Título.

CDD 341.39  
CDU 336.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DELIGNE, Maysa de Sá Pittondo. *Efeitos das decisões no processo administrativo tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 247 p. ISBN 978-65-5518-203-3.

### **Maysa de Sá Pittondo Deligne**

Doutora e mestre pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Especialista em Direito de Empresa pela PUC Minas. Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Conselheira do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Professora de cursos de pós-graduação. Diretora da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT).

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Sergio André Rocha</b> .....	19
APRESENTAÇÃO	
<b>Valter de Souza Lobato</b> .....	23
APRESENTAÇÃO	
<b>André Mendes Moreira</b> .....	29
INTRODUÇÃO .....	31
CAPÍTULO 1	
COMPETÊNCIA E FUNÇÃO DOS JULGADORES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....	41
1.1 A atividade de revisão dos julgadores administrativos tributários.....	41
1.1.1 Desconstruindo as premissas da autotutela: crítica ao monopólio da jurisdição no Brasil .....	43
1.1.1.1 Jurisdição e a imparcialidade: a necessária distinção entre “poder” e função jurisdicional .....	46
1.1.1.2 Perspectiva histórica e de direito comparado: a evolução normativa do contencioso administrativo tributário no Brasil .....	55
1.1.2 As garantias processuais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal: o contencioso administrativo tributário e a precisa utilização do signo processo administrativo .....	73
1.1.3 Natureza jurisdicional da atividade de revisão: a função do julgador de resolver o litígio administrativo .....	87
1.2 Competência no processo administrativo tributário: legislativa e jurisdicional.....	95
1.3 Conclusão parcial: competência e função dos julgadores no processo administrativo tributário .....	100
CAPÍTULO 2	
CONTEÚDO E ESTRUTURA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA .....	103
2.1 Natureza jurídica da decisão administrativa tributária.....	103
2.2 Os elementos essenciais das decisões administrativas tributárias.....	112
2.2.1 Relatório, fundamentos e conclusão.....	112
2.2.2 Motivo, motivação e fundamento: conceitos, diferenças e aproximações .....	114
2.3 Delimitação do objeto do processo administrativo tributário: as tutelas jurisdicionais .....	123
2.3.1 As questões de fato e de direito no processo administrativo tributário: questões preliminares, questões prejudiciais, questões principais e questões de ordem pública .....	136
2.3.2 Limites para a revisão do ato administrativo tributário: distinção entre a tutela jurisdicional administrativa e a autotutela da Administração .....	150
2.3.3 Ônus da prova e atribuições instrutórias do julgador administrativo: princípio da verdade material .....	153
2.4 Conclusão parcial: conteúdo e estrutura da decisão proferida no processo administrativo tributário .....	156
CAPÍTULO 3	
EFICÁCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA .....	159
3.1 Estabilidades processuais no processo administrativo tributário.....	159
3.1.1 Efeitos das decisões administrativas na doutrina e na jurisprudência: críticas à abordagem da preclusão administrativa e da coisa julgada administrativa.....	165
3.1.2 Hipóteses de estabilidade processual no processo administrativo tributário reconhecidas pela doutrina clássica .....	177
3.2 Espécies de decisão administrativa tributária e seu grau de estabilidade extraprocessual .....	187
3.2.1 Decisões administrativas tributárias definitivas contrárias aos sujeitos passivos de conteúdo material (favoráveis ao fisco): estabilidade extraprocessual relativa .....	195
3.2.2 Decisões administrativas tributárias definitivas favoráveis aos sujeitos passivos de conteúdo material: estabilidade extraprocessual plena .....	197
3.3 Efeitos extraprocessuais das decisões administrativas tributárias definitivas favoráveis aos sujeitos passivos de conteúdo material .....	199
3.3.1 Efeitos em outros processos administrativos em curso referentes às mesmas partes .....	199
3.3.2 Efeitos nas relações jurídicas tributárias .....	205

3.3.3	Conteúdos estabilizados das decisões administrativas tributárias.....	208
3.3.4	Como operar mudanças na estabilidade das decisões administrativas tributárias.....	213
CONCLUSÕES.....		219
REFERÊNCIAS.....		227